

Decisão do expurgo ainda será negociada com parlamentares

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

A decisão adotada na última quinta-feira, em São Paulo, pelo ministro do Planejamento, Delfim Netto, após reunir-se com seus principais assessores e os representantes do IBGE e da Fundação Getúlio Vargas, limitou-se à escolha de uma metodologia para efetivar o expurgo — classificado como “neutralização” — da inflação corretiva e das acidentalidades, sobre os preços dos produtos importados e os afetados por acidentes climáticos.

A adoção do expurgo, inclusive com o dimensionamento do seu efeito sobre os índices de preços e as correções cambial, salarial e monetária, dependerá de decisão na órbita política, e deverá ser precedida de negociações até mesmo na área do Congresso, que serão conduzidas pelo Palácio do Planalto, segundo indicaram, ontem, fontes da Seplan, as quais chamaram a atenção para o último parágrafo da nota distribuída na quinta-feira passada.

A nota afirma que a metodologia

será aplicada tanto pelo IBGE como pela Fundação Getúlio Vargas, “nos índices de preços de sua respectiva competência, a fim de se avaliar o efeito da aplicação sobre os índices calculados sem nenhum ajuste por inflação corretiva ou acidentalidade,” isto é, as duas instituições terão os dois índices, o puro e o expurgado, para permitir ao governo verificar qual o diferencial entre um e outro, elemento importante para efeito da negociação política que deverá ser feita a curtíssimo prazo, tendo em vista que, na próxima terça-feira, o governo deverá anunciar a correção monetária que vigorará em julho, e pretende fazê-lo já considerando o expurgo.

A inflação corretiva, mencionada na nota do ministro do Planejamento, é o acréscimo inflacionário resultante da elevação dos preços dos derivados do petróleo e do trigo. Seu expurgo é justificado com o argumento de tratar-se de aumentos ocorridos independentemente da vontade do governo, justamente por tratar-se de produtos importados.